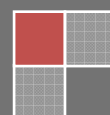


2006

# E se ganhássemos todos?

*Público*, 11 de Fevereiro.

Miguel Vale de Almeida  
MIGUELVALEDEALMEIDA.NET  
2006



### *E se ganhássemos todos?*

Imaginemos as nossas vidas depois da alteração do Código Civil permitindo o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Desde logo, todos os casais de pessoas de sexo diferente continuarão a poder casar-se, “pelo religioso” ou “pelo civil”. Se não desejarem casar-se, essas pessoas poderão optar, como hoje, por viverem juntas e reivindicar os direitos associados à união de facto. Todas essas pessoas continuarão a poder escolher a sua forma de vida em conjunto, os direitos e deveres associados às diferentes opções, e o prestígio e valor simbólico que os seus valores associem a essas opções.

A única diferença é que cerca de dez por cento dos seus concidadãos e concidadãs passarão a poder usufruir das mesmas escolhas (excepto, obviamente, do casamento católico, pois essa religião não o permite); dos mesmos direitos e deveres; do prestígio e valor simbólico que os seus valores atribuam a cada opção. Os noventa por cento continuarão a viver as suas vidas como hoje, incluindo todas as variações já existentes: divórcios, monoparentalidades, recomposições familiares, etc. Nem uma ínfima porção dos seus direitos será posta em causa. Em contrapartida, os outros dez por cento passarão a estar em pé de igualdade e deixarão, na lei, de ser párias.

A isto chama-se progresso? Sem dúvida. Mas também se chama democracia; também se chama direitos, liberdades e garantias iguais; e, sim, obediência à Constituição e ao seu princípio de não discriminação. A reivindicação da igualdade no acesso ao casamento coloca-se na esteira de reivindicação mais antigas, dos direitos civis para os negros em países onde havia discriminação legal, ao direito de voto para as mulheres. Acresce que a discriminação dos gays e lésbicas é sentida no mais íntimo das pessoas; por ser *sexual*, esta forma de discriminação ultrapassa-se, em grande medida, justamente no plano dos ordenamentos conjugais e familiares. É por isso também que, para alteração da situação actual, não é preciso esperar por uma “mudança de mentalidades” nem uma “sociedade preparada” – a não ser, claro, que se tema perder votos.

Curioso é verificar que também os argumentos contra a alteração do código civil se colocam na esteira dos outrora esgrimidos contra a emancipação dos negros ou a igualdade legal entre homens e mulheres. É por isso que esta é uma questão política, muito mais do que uma questão a ser resolvida pelos tribunais. E, no campo político, não deveria sequer seguir a clivagem esquerda-direita. A discriminação dos gays e lésbicas face ao casamento é mesmo a última discriminação consagrada pela lei portuguesa. Pena é que, entre nós, dado o conservadorismo aflito e tantas vezes cobarde da nossa classe política (nomeadamente à esquerda), tenha que ser muitas vezes a esquerda mais radical a defender aquilo que, afinal, é uma questão de puro e simples liberalismo.

Há anos que defendo publicamente – nos media, no associativismo, na política – a alteração da lei. Tenho-o feito assumindo-me sempre como homossexual. Também na minha actividade de investigação comecei recentemente a trabalhar sobre este assunto. Estive em Espanha em 2005 fazendo pesquisa sobre o debate público em torno da alteração do Código Civil espanhol. Tive a oportunidade de conhecer muita gente que, pelas mais variadas razões, queria casar-se: porque acreditavam no valor simbólico da

insituição (conheci casais de lésbicas e gays católicos), porque queriam usufruir de direitos concretos que as uniões de facto não concedem, ou por uma mistura destas e outras razões. Mas o que toda a gente queria era a possibilidade de escolher em igualdade de circunstâncias com os outros cidadãos. Escolher casar ou não. E, ao ter esta escolha, toda a gente o que queria era ser *dignificada*. Justamente o que os detractores da mudança legislativa não querem.

Daí a importância do casamento. Soluções de segunda – como as nórdicas, a britânica, a francesa, ou as que alguns representantes do *centro fraco* da política portuguesa (do PSD ao PS) propõem – são, a meu ver, um insulto. Instituiriam um privilégio intolerável em democracia: só os casais de pessoas de sexo diferente poderiam usufruir do casamento. E daí, também, a importância da decisão política na sede própria, o Parlamento: a mera hipótese de referendar direitos e liberdades deveria envergonhar quem, considerando-se democrata, a coloque sequer. Por outro lado, argumentos supostamente radicais, contra o casamento em si, e obrigando gays e lésbicas a serem os “revolucionários” e bobos da corte da nossa sociedade não merecem sequer comentário. São da ordem da mera opinião – mas com consequências discriminatórias.

Por tudo isto, quem propõe soluções legais específicas para gays e lésbicas – sem noção de estar a propor um regime de *apartheid*? – ou a continuação da presente desigualdade, socorre-se de vários fantasmas. Um deles é o de que a alteração da lei abrirá portas para coisas como a poligamia ou o incesto. Será preciso dignificar este “argumento” (que não percebe sequer o que é a nossa cultura amorosa) com uma resposta? As limitações ao direito a casar prendem-se todas com questões de desigualdade e de ausência de consentimento informado; todas, menos a proibição de duas pessoas de sexo igual casarem-se. O outro fantasma é o das crianças e da adopção. Acontece que conjugalidade, procriação e parentalidade não vão necessariamente juntas. Podem ser decididas - pelas pessoas e pela lei - separadamente, porque *são* praticadas separadamente. Defendo o modelo espanhol, com direitos iguais, incluindo o de adopção; com base nos pareceres dos colégios profissionais internacionais; mas, sobretudo, com base na realidade existente: muitos gays e lésbicas *têm* filhos, *podem* ter filhos, e *já* adoptaram. Conheço muitos nessa situação, e conheço as suas crianças, tão felizes como as de famílias cuja capacidade parental não foi sequer avaliada por ninguém. Nos EUA, o movimento pelo casamento chegou mesmo a ser o resultado das exigências de famílias de gays e lésbicas com filhos biológicos ou adoptados (quase 200.000 famílias de casais do mesmo sexo com crianças no ano 2000), e não o contrário.

Espero que as hesitações aflitas e provincianas dos nossos representantes políticos não radiquem no puro preconceito de um difuso “nojo” face à homossexualidade, produto de um recalcado e, esse sim perverso, erotismo. Como tentei mostrar acima, com a igualdade ninguém perde nada. Ganhamos todos.

Miguel Vale de Almeida